

Desigualdades socioeconômicas Brasil/Canadá: um estudo a partir dos extremos¹

Antonio David Cattani

Resumo: O Brasil é, sob incontáveis aspectos e dimensões, um dos países com as mais graves desigualdades socioeconômicas do planeta. Considerando-se diversos indicadores, o Canadá está em situação diametralmente oposta: o país ocupa as primeiras posições de várias classificações internacionais, possuindo índices positivos invejáveis. Este estudo visa a demonstrar os resultados da pesquisa sobre países que apresentam características que os colocam em extremos opostos, mas, apesar disso, é possível identificarem-se alguns problemas comuns e algumas similitudes surpreendentes no que concerne às estruturas de posições de classe. Também será considerada a existência de uma certa incapacidade das Ciências Sociais em captar especificidades do “pólo riqueza” e do “pólo pobreza” e de suas relações.

Résumé: Le Brésil est, selon d’innombrables aspects et dimensions, l’un des pays les plus inégalitaires au monde. Conformément à plusieurs indicateurs, le Canada est en position diamétralement opposée, occupant les premières places dans les rangs positifs internationaux. Dans la présente étude nous voulons démontrer les résultats d’une recherche qui porte sur deux pays qui présentent deux situations opposées mais que, malgré leurs différences extrêmes subissent des problèmes communs et possèdent certaines similitudes surprenantes dans ce qui concerne la structure des positions de classe. La production sociologique dans les deux pays est marquée par l’existence d’un déficit explicatif sur les relations entre le pôle richesse et le pôle pauvreté.

Preâmbulo

Três idéias-chave articulam e orientam teoricamente esta análise: a) as desigualdades têm importância decisiva na compreensão das questões mais relevantes da atualidade social;

¹Este artigo resultou de pesquisas desenvolvidas durante estágio realizado na Université Laval, em outubro de 2005, graças ao programa “Bourses de Recherche Brésil” do Ministério das Relações Exteriores do Canadá. O autor agradece a colaboração dos professores Daniel Mercure, Michel de Sève e Stéphanie Rousseau, da Université Laval, e de Claude Beauchamp, *Doyen* da Faculté des Sciences Sociales. Agradecimentos especiais também aos professores Arnaud Sales, Paul Bernard e Mona-Josée Gagnon, da Université de Montréal.

b) diferentemente do que o pensamento dominante apresenta, o crescimento econômico capitalista não garante o desenvolvimento e a melhoria do padrão de vida do conjunto da população, assim como a integração equilibrada à esfera do mercado e a melhoria no padrão de vida não resultam automaticamente da expansão econômica, mas dos embates políticos pela repartição do excedente; e c) existe um *déficit* explicativo nas Ciências Sociais, uma certa incapacidade de problematizar a existência de posições de classe advindas da concentração da riqueza.

As desigualdades socioeconômicas constituem a mais preocupante questão da atualidade. A elas estão associados problemas relativos ao funcionamento da economia, à eficácia dos processos de desenvolvimento humano e material, à eclosão de novas formas de violência e a uma série imensa de disputas entre países, classes sociais ou grupos específicos (conflitos de gerações, de gênero, etc.). Contrariando a grande promessa de desenvolvimento planetário, crescentemente harmônico e homogêneo, as desigualdades estão aumentando em todas as dimensões (WORLD BANK, 2005).

O segundo pressuposto desta análise diz respeito ao mito de que o crescimento econômico *per se* traria resultados homogêneos e benéficos para o conjunto da população. Nas palavras de Gilbert Rist (1996), o desenvolvimento transformou-se em elemento central de uma verdadeira religião moderna. Desde liberais ortodoxos, passando por keynesianos até desenvolvimentistas do Terceiro Mundo, foram muitos os pensadores sociais, os teóricos e os ativistas que compartilharam da crença na possibilidade de se alcançar um crescimento material ilimitado e, sobretudo, capaz de proporcionar condições melhores de trabalho e de vida à totalidade da população.

Para alguns, a inclusão homogênea seria obtida graças à expansão do livre mercado; para outros, isso ocorreria através do mercado regulado pelo Estado; para outros ainda, graças a programas revolucionários dirigidos por vanguardas iluminadas. Com a dissolução dos regimes do bloco soviético, o capitalismo pretendeu ser o único regime capaz de associar eficiência,

produtividade e inclusão social. De acordo com o discurso neoliberal, a globalização liberada de controles nacionais seria a fórmula mágica capaz de assegurar o bem comum em escala planetária.

O que se observa, entretanto, é que não existe automatismo algum na relação crescimento capitalista/desenvolvimento com justiça social. Conforme veremos a seguir, as diferenças entre o Canadá e o Brasil comprovam a dimensão política dos processos sociais com vistas à apropriação e à repartição dos resultados do progresso. Se considerarmos o resultado de cem anos de crescimento econômico, o Brasil apresenta índices superiores aos do Canadá. Entretanto, no primeiro caso, as condições específicas da luta de classes resultaram numa nação rica com milhões de pobres. Comparando países tão diferentes como o Brasil e o Canadá, é necessário considerar que as desigualdades socioeconômicas não são definidas pela existência de uma linha universal abaixo da qual se situam os pobres, mas pela distância entre as posições relativas ocupadas pelos diversos segmentos de cada uma das nações consideradas. As diferentes posições não são estanques, existindo entre elas relações de poder materializadas na dominação e na exploração.

A terceira idéia-chave deste texto diz respeito, justamente, ao *déficit* explicativo das Ciências Sociais sobre a dimensão relacional entre a riqueza e a pobreza. Os pobres são freqüentemente contados, medidos, pesados, enquanto os ricos são ignorados, como se eles se constituíssem de forma autônoma, desvinculados dos processos sociais mais complexos; são considerados como abstrações deslocadas da realidade imediata e referidos com receio e grande pudor. Em palavras bem simples, para parte das Ciências Sociais, a pobreza é um problema, enquanto a riqueza não o é. Isso leva a ignorar as graves conseqüências decorrentes da existência desses grupos minoritários com poder desmedido e com capacidade de influir sobre decisões políticas e econômicas que afetam milhões de pessoas. Na Sociologia em especial, perdura um *déficit* explicativo na abordagem científica que permitiria desmascarar-se a legitimidade social que as elites têm, a qual é

construída, por vezes, a partir da mistificação ideológica, de uma autoproclamada meritocracia e competência profissional ou política.

1. Extremos incomparáveis

Sob múltiplos aspectos, as situações socioeconômicas do Brasil e do Canadá são incomparáveis. Considerando-se a renda *per capita*, a qualidade de vida (especialmente no que tange à violência e à previdência social), o nível educacional ou outros indicadores essenciais, é possível falar de extremos ou de situações antípodas. A análise comparativa da evolução de ambos os países apresenta um grande interesse para a Sociologia e para a Economia do Desenvolvimento, uma vez que, de situações primevas muito próximas, as duas nações passaram por processos de transformação que resultaram em realidades econômicas e sociais absolutamente distintas.

A situação de partida quase similar tange aos seguintes aspectos: os dois são países do Novo Mundo, com dimensões continentais quase equivalentes; ambos possuem disponibilidade de riquezas naturais incomensuráveis; o início de sua colonização efetiva, diferentemente das antigas colônias espanholas, deu-se mais de um século após a chegada dos europeus; a ocupação e a exploração subsequente do território ocorreram sob modalidades muito próximas (*coureurs des bois* e bandeirantes); grande parte de seus migrantes compôs-se de pessoas desqualificadas para a ocupação produtiva (degredados, órfãos, militares). No final do século XVIII o número estimado de habitantes era, surpreendentemente, quase o mesmo. Ademais, no Brasil e no Canadá francês, foram marcantes a presença de ordens religiosas da Igreja Católica e a existência de fortes vínculos de dependência com as metrópoles européias, vínculos esses que por longo tempo impediram a emergência de um capitalismo industrial.

Essas características comuns foram modificadas pelos processos econômicos e políticos subsequentes, resultando em profundas diferenças na atualidade. Destacamos, sinteticamente,

os processos decisivos. No Brasil ocorreu a preservação, até 1888, da ignominiosa instituição da escravidão, que deixou marcas profundas nas relações sociais até a contemporaneidade. Já no Canadá, onde não houve escravidão, ocorreu a construção de um complexo sistema de organização política, com respeito a princípios constitucionais e parlamentaristas de inspiração britânica, garantindo a coexistência dos dois blocos nacionais. No mesmo tempo em que o Canadá edificava um regime democrático, o Brasil era marcado por uma monarquia retrógrada e centralizadora respaldada por restritos grupos dominantes, especialmente grandes latifundiários e burocratas do Estado, reforçando a relação parasitária das elites com o aparelho de Estado (CARVALHO, 2003). A proclamação da República, ao final do século XIX, não alterou o princípio de organização elitista materializado pelas práticas antidemocráticas e, sobretudo, pela aversão das classes proprietárias à participação popular. Assim, enquanto no Norte da América ocorria a busca do consentimento de comunidades díspares para a construção federativa do país, no Sul a consolidação de estruturas hierárquicas baseadas no paternalismo e no patrimonialismo marcava a relação entre as regiões e as classes de maneira acentuada. Apesar de, até recentemente, ter sido dirigido por um *establishment* WASP, o Canadá caracterizou-se por um civismo político intenso, enquanto no Brasil a participação eleitoral restringiu-se durante as primeiras décadas do século XX a percentuais da ordem de 3 a 5% (CARVALHO, 2001). Nos últimos 200 anos de história, o Canadá não conheceu regime algum de exceção, ao passo que, no Brasil, as exceções foram os regimes plenamente democráticos. Eleições com participação do eleitorado superior a 50% da população, plena liberdade de organizações sindical e partidária e ausência do poder coercitivo das forças armadas são fatos recentes, remontando há pouco mais de duas décadas.

No extremo Norte, encontramos um povo que, bem ou mal, participou da construção do seu destino. No Sul tropical, deparamo-nos com uma nação subjugada por forças elitistas que se valeram de todos os expedientes para consolidar o poder. Mais que erros ou acertos econômicos, o desenvolvimento dos

dois países foi definido por práticas políticas e sociais diferenciadas, em especial, pela participação cívica e pela relação entre o poder econômico e o Estado. No grande país do Norte, o associativismo forte e a existência de instituições representativas moldaram a ação do Estado. A democracia foi lentamente construída para assegurar liberdades civis, expansão de direitos políticos e, por fim, a obtenção de direitos sociais. No grande país do Sul, destacaram-se, durante quase todo o período republicano, a ausência de espírito associativo na população e sua utilização pelas elites do poder do Estado para perpetuar privilégios e, assim, a hierarquia social. A cidadania plena, em vez de ter sido uma conquista, foi regulada, concedida e tutelada, transformando-se, ao longo dos anos, em um privilégio para poucos. A utilização do aparelho de Estado para fins privados, sem controle democrático, gerou uma estrutura econômica desequilibrada, vulnerável e concentradora de renda.

O resultado dessas diferentes estratégias de construção nacional aparece concretamente em duas “revoluções” recentes. No Québec, a chamada Revolução Tranqüila, iniciada em 1960, que se traduziu numa ação governamental progressista respaldada politicamente pela população. A modernização da sociedade e da economia quebequense foi obtida pela estatização de setores estratégicos, pela criação de empresas públicas e pela multiplicação de instituições estatais. A assistência social e a educação foram expandidas, permitindo avanços humano e tecnológico sem precedentes. No Brasil, praticamente no mesmo período, a “Revolução” foi, na verdade, um golpe militar que implantou um regime ditatorial por 21 anos. A ditadura militar preservou os privilégios das elites econômicas e levou o País a uma marcha forçada desenvolvimentista contra os interesses da maioria da população: a desigualdade na distribuição de renda aumentou, a cidadania permaneceu cerceada e, sob múltiplos aspectos, o Brasil regrediu social e culturalmente.

Brasil/Canadá 2005

As opções e estratégias sociais implementadas ao longo da história dos dois países resultaram em realidades muito distintas. Destacaremos, a seguir, as dimensões mais expressivas. Salvo menção especial, as fontes estatísticas são provenientes de *Statistics Canada*, de Venne (2005) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Alguns dados provenientes da *Síntese de Indicadores Sociais* (2002) e das *Estatísticas do Século XX* (2003) foram arredondados estimativamente para 2005. Os macroagregados são provenientes do último *World Development Report Equity and Development* (WORLD BANK, 2006).

A questão populacional é, sem sombra de dúvida, o primeiro diferencial com significado pleno de conseqüências. Em pouco mais de 100 anos, a população do Canadá passou de cinco milhões de habitantes para 32 milhões, enquanto, no mesmo período, o Brasil passou de 17 para 182 milhões. Se o Brasil tivesse registrado os mesmos índices do Canadá, a população atualmente estaria na casa dos 108 ou 110 milhões, ou seja, 70 milhões de pessoas a menos.

A questão demográfica é altamente controversa, dando margem a interpretações equivocadas sobre a “multiplicação de pobres”, o que leva a responsabilizar a população desfavorecida pela sua situação de pobreza e a propor políticas repressivas de controle da natalidade. O fato é que, a partir dos anos 60 do último século, na ânsia em construir o “Brasil potência”, o regime militar fomentou o crescimento populacional (Salário-Família, entre outras políticas) e sua concentração em grandes centros urbanos sem que houvesse nem geração suficiente de emprego nem infra-estrutura urbana adequada. A incorporação da massa crescente revelou-se catastrófica, resultando em milhões de favelados, de desempregados ou de pessoas desenvolvendo atividades informais, sem acesso à escola, aos serviços médicos e aos recursos indispensáveis para uma vida digna. Já no Canadá, apesar do fenômeno dos *baby-boomers*, o crescimento populacional foi muito mais equilibrado,

permitindo uma incorporação gradual dos indivíduos às estruturas econômicas, sociais e educacionais.

O segundo elemento de comparação é o padrão educacional. A elite política imperial e, após, a “República dos Bacharéis” (1889/1929), jamais priorizaram a educação universalizante. Ainda que a história da educação brasileira registre o lançamento de projetos audaciosos e bem-intencionados, todos tiveram impactos localizados e não alcançaram continuidade (GHIRARDELLI, 1994). As universidades foram criadas apenas nas primeiras décadas do século XX, o ensino técnico atende aos interesses restritos das empresas, e o ensino fundamental é tão precário que compromete o esforço de aprendizado de gerações e gerações de indivíduos. O resultado não poderia ser outro: menos de 10% da população chega às universidades (desses 10%, uma fração mínima é constituída por alunos provenientes da população mais pobre), 25% da população permanece iletrada e aproximadamente 50% dos brasileiros maiores de 18 anos podem ser considerados analfabetos funcionais, ou seja, dominam apenas rudimentos da escrita e leitura, enfrentando dificuldades para interpretar corretamente o que lêem. Seja pelo *Adult Literacy Survey*, seja pelos testes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), os alunos brasileiros aparecem nas últimas colocações nas tabelas comparativas sobre as habilidades de leitura, o domínio da matemática ou qualquer outro indicador. As conseqüências de tamanha desqualificação fazem-se sentir na diminuição da produtividade no trabalho, na incapacidade de operar em equipe e usar a tecnologia e até na redução da auto-estima do trabalhador (MOREIRA, 2003).

Nas mesmas tabelas comparativas, o Canadá aparece regularmente nas duas ou três primeiras posições. Considerando-se apenas parte da população economicamente ativa (de 15 a 44 anos), o percentual daqueles que completaram estudos após o secundário chega a 46% para o Canadá e a 54% para a província do Quebec. O percentual de *households* sem educação no Canadá é próximo de zero, enquanto no Brasil ultrapassa 20%. Diferenças profundas dizem respeito também à

educação continuada e ao ensino técnico. No Canadá, os planos educacionais permanentes e abrangentes datam do início do século XIX, sendo que, na mesma época, surgem as principais universidades do País. Em quase 200 anos, o ensino superior cresceu de maneira sustentada e segundo o princípio de educação pública universalizante, contrariamente à situação brasileira, na qual dois terços da oferta de vagas universitárias encontram-se sob domínio de instituições privadas.

No que concerne à educação, a diferença deve aumentar nos próximos anos, pois o Brasil vem investindo apenas a metade do que o Canadá aplica como percentual do PIB, sendo este, formalmente, um dos países que mais investe em educação. Concretamente, os recursos aplicados são corroídos pela corrupção, pela ineficiência e intermitência dos programas, além de estarem desarticulados em três esferas: federal, estadual e municipal. Segundo o último Anuário da Unesco, enquanto o Canadá ocupa as primeiras posições na classificação geral da eficiência da educação, o Brasil está no desonroso 72º lugar. No que concerne à pesquisa e ao desenvolvimento, o Canadá aplica 2% do PIB (Quebec: 2,6%), enquanto o Brasil investe menos de 1% e sempre em programas descontínuos. No orçamento federal brasileiro de 2003, os gastos com Ciência e Tecnologia corresponderam a 1,9% e os gastos com educação a 12,3% da execução orçamentária, enquanto se destinaram mais de 18% às Forças Armadas.

As diferenças relativas ao campo econômico são igualmente gritantes. Segundo os macroagregados do Banco Mundial (2005), em 2004 o PIB brasileiro alcançou US\$552 bilhões, e o canadense, US\$905 bilhões. A diferença toma seu verdadeiro significado se considerarmos o PIB *per capita*, respectivamente de US\$3.090 e US\$28.390, ou seja, nove vezes maior no Canadá. Mais grave ainda é a distribuição de renda. O Brasil bate recordes internacionais de desigualdade, estando praticamente empatado no *ranking* dos quatro piores países com a maior concentração de renda do planeta, segundo o Coeficiente de GINI. No extremo oposto da tabela classificatória, encontra-se o Canadá, ocupando as melhores posições junto com a Finlândia, a Noruega e a Suécia. O mesmo

vale para outros indicadores, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano. Em 2002, o Brasil ocupava a 73ª pior posição, enquanto o Canadá classificava-se em terceiro lugar, muito próximo dos dois primeiros (Noruega e Suécia).

No que tange ao mercado de trabalho, as diferenças são tão gritantes que qualquer comparação torna-se sem sentido. Considerando-se apenas as regiões metropolitanas, o desemprego aberto no Canadá, ao final da última década, nunca ultrapassou os 8% da população economicamente ativa. Já no Brasil, segundo dados da Pesquisa sobre Emprego e Desemprego do DIEESE, o total de desempregados ultrapassava em média os 18% da PEA, chegando a 25% no Recife e em Salvador.

Uma situação inimaginável em países economicamente avançados é a existência da informalidade nas atividades produtivas e de serviços. A exemplo de outros países pobres da África e da América Latina, o Brasil possui 50% da sua população economicamente ativa sobrevivendo no setor informal. São dezenas de milhões de indivíduos que vivem precariamente, sem registros formais, sem contribuir para a previdência social ou pagar impostos associados à sua atividade. O setor informal abriga as mais variadas situações, nenhuma delas correspondendo a critérios positivos: atividades vinculadas ao crime (contrabando, comércio de produtos roubados, adulterados ou falsificados), atividades de auto-subsistência sem possibilidade de reprodução ampliada e atividades terceirizadas por empresas formais para escapar dos impostos ou para assegurar uma exploração sem controle da força de trabalho. Essas situações podem ocorrer em países economicamente avançados, mas, sempre, nos interstícios da economia formal. No caso brasileiro, elas correspondem a um volume de trabalhadores equivalente ao conjunto do setor formal.

Detalhando a estrutura de posições de classe no Brasil, pode-se estimar a seguinte situação: os grandes capitalistas e proprietários de terra e os rentistas das altas finanças representam algo próximo a 1%; os médios empresários, os profissionais liberais capitalizados, os gerentes e altos

funcionários do aparelho de estado totalizam 4%; e os pequenos proprietários (auto-emprego capitalizado), os profissionais liberais e os quadros médios do aparelho de Estado perfazem 7%. A soma desses percentuais, além de indicar que apenas 11% da população brasileira pode ser considerada abastada, também aponta que sua renda encontra-se imensamente distante daquela dos demais estratos. Os trabalhadores assalariados dos setores público e privado somam 30%, e os 59% restantes representam o auto-emprego descapitalizado, os trabalhadores do setor informal, os empregados domésticos e os desempregados (SANTOS, 2002). Os princípios classificatórios podem variar ao se deslocarem milhares de pessoas para uma posição ou para outra (SANTOS, 2005; MEDEIROS, 2004; POCHMANN, 2003), mas todos os dados convergem para um quadro de desigualdade extrema no qual 10% da população controlam 50% da riqueza nacional, enquanto 50% dos mais pobres possuem 10% da riqueza.

Em situação sem precedentes no mundo, entre assalariados do setor público, as diferenças de remuneração podem ser de 1 para 50, e no setor privado, de 1 para 100 ou mais. Não bastassem as diferenças dentro de parâmetros legais, a concentração de renda é ampliada por expedientes ilegais (sonegação, superfaturamento de importações, subfaturamento de exportações) e semilegais, como é o caso da elisão que beneficia poucos abastados assessorados por escritórios de planejamento fiscal. Os desequilíbrios são igualmente ampliados pela estrutura tributária, sendo o consumo taxado em quase 60%, enquanto a renda o é em 40%. O patrimônio tem uma das menores taxas de tributação do mundo, a qual foi de 0,11% em 2002 (COSTA, 2005).

Como veremos na próxima seção, nos últimos 15 anos a distribuição de renda e a tributação no Canadá inverteram a tendência histórica que vinha ocorrendo desde 1940 no sentido de haver mais justiça distributiva (SAEZ; VEALL, 2003). Não obstante esse fato, os níveis de pobreza no País não são comparáveis aos do Brasil. Os números são precisos: os indivíduos considerados pobres ou abaixo da linha média de subsistência constituem 13% do total da população (11,9% no

Quebec) e são todos enquadrados em algum programa governamental de assistência. No Canadá, a política de distribuição de renda complementar pelo Estado é elemento essencial na elevação dos níveis de vida e de cidadania da população pobre e de redução das desigualdades provocadas pelo mercado. No Brasil, a população em situação equivalente é quatro ou cinco vezes maior e, em quase todos os casos, é atendida de maneira intermitente pelos planos redutores da pobreza, muito dos quais se confundem com a filantropia reprodutora da situação de miséria (MESTRINER, 2001).

Cabe aqui, novamente, a comparação entre os resultados das duas “revoluções”. Enquanto no Quebec a Revolução Tranqüila permitiu que a renda média anual duplicasse de 12 para 24 dólares canadenses em 38 anos, entre 1962 e 2000, a ditadura militar reduziu a renda dos brasileiros mais pobres e consolidou a apropriação de 50% da riqueza nacional pelos 1% mais abastados.

Além de sofrer o reflexo das políticas públicas, a distribuição de renda é fortemente influenciada pela ação sindical. Quanto maior for a taxa de sindicalização, maior será o poder de pressão sobre as empresas e sobre o governo, levando a uma distribuição mais justa dos resultados da atividade produtiva. A exemplo de países como a Noruega e a Suécia, o Canadá registra altas taxas de adesão aos sindicatos e de participação nessas instâncias. Apesar do refluxo ocorrido na mobilização e nas greves, provocado pela onda neoliberal dos anos 90, os percentuais relativos a essas taxas são de 32,4% para o Canadá e de 42,1% para o Quebec (VENNE, 2005, p. 275). Ainda que esses dados escondam disparidades importantes segundo as categorias de trabalhadores, são muito superiores às taxas brasileiras, que não atingem nem 10% dos trabalhadores do setor formal. Se formos considerar o conjunto da classe trabalhadora brasileira, o índice não passa de 5%. Outros índices de vida participativa apontam para diferenças da mesma ordem, ilustrando o que podemos chamar de “*déficit de participação*”, levando à “cidadania menor” (DEMO, 1998).

Uma série de situações negativas está associada às desigualdades indicadas anteriormente. Entre elas, a mais grave

é a da violência. No Canadá, a taxa de criminalidade (total de infrações do Código Penal) é uma dos menores do mundo, de 2.000 por 100.000 habitantes; no Quebec, a taxa de homicídios foi de 1,3 por 100 mil em 2002 (cf. OUIOMET, 2005). Já no Brasil, vive-se uma verdadeira situação de guerra. Com apenas 3% da população mundial, o País ostenta cerca de 13% dos homicídios registrados anualmente em todo o planeta (MIR, 2004), totalizando quase 50.000, os quais vitimam, sobretudo, a população jovem entre 18 e 25 anos e a população negra e pobre. Número parecido e que também é recorde internacional é o de vítimas no trânsito. Além disso, considerando-se a morbidade geral, descobre-se um país doente, com um altíssimo índice de pessoas portadoras de deficiências: 24 milhões em 2002 (NÉRI, 2003). A concentração de renda tem um alto preço, que é pago pela grande massa da população vulnerável e submetida não só ao sentimento de insegurança, mas também à violência efetiva, destruidora e generalizada.

Em síntese, os dois elementos fundamentais que asseguraram a construção de países com realidades socioeconômicas diametralmente opostas foram o tipo de relação que as elites mantiveram com o Estado e a intensidade e o alargamento das práticas associativas garantindo a conquista da cidadania. Sob inúmeros aspectos, o Canadá apresenta índices positivos nos itens distribuição de renda, qualidade de vida e direitos civis, políticos e sociais. Esses itens que configuram o típico *Welfare State* não resultam de nenhuma qualidade superior das elites locais ou de qualquer especificidade transcendental da ação coletiva, mas, pura e simplesmente, da luta de classes tal como ela se deu no espaço nacional. O desenvolvimento mais equilibrado foi resultante de uma correlação de forças específica que não aboliu as desigualdades nem a exploração, mas permitiu civilizar as elites dirigentes, obrigando-as a atender as demandas por justiça e equidade.

No Brasil, as elites econômicas e políticas utilizaram-se do Estado como instrumento de poder e de ordenamento hierárquico da sociedade. Práticas autoritárias, paternalistas, tutelares e populistas foram empregadas intermitentemente, da

mesma forma que as políticas desenvolvimentistas, o capitalismo protegido ou a abertura de mercado sob égide do setor financeiro especulativo e rentista. O objetivo foi sempre o mesmo: assegurar o funcionamento da economia e garantir a permanência de privilégios. A ausência de um associativismo forte, fosse ele expresso em termos de partidos políticos, sindicatos e centrais operárias, fosse de organizações diversas da sociedade civil, permitiu que o país crescesse a ponto de estar entre as 10 ou 12 maiores potências econômicas mundiais, ainda que tal dinamismo criasse ilhas de prosperidade num mar de miséria (POCHMANN, 2004).

2. Problemas comuns

A comparação sintética entre Brasil e Canadá realizada anteriormente permite destacarem-se situações nacionais diametralmente opostas. Mas o cotejamento de realidades tão díspares não deve levar a interpretações equivocadas. O Canadá está longe de ser um modelo de perfeição econômica e social, e o Brasil não pode ser tomado com exemplo de tudo o que esteja errado sobre a Terra. Da mesma forma, é inadequado caracterizar-se a potência do Norte como cânone da opulência estabilizada e o gigante do Sul como padrão de miserabilidade inevitável. Os dados e situações compõem uma espécie de radiografia, forçosamente estática, de situações que são, por definição, dinâmicas. Apesar das imensas diferenças, ambos os países fazem parte do mundo capitalista globalizado, da “sociedade-mundo” como denomina Daniel Mercure (2001), com sua lógica inexorável em termos de acumulação e centralização do capital e em termos de administração das empresas e de lógica financeira. A comparação também deve ser relativizada considerando-se a tese de que as desigualdades entre ricos e pobres, bem como a dimensão relacional entre ambos, devem ser contempladas nas escalas nacionais.

A década de 80 do último século foi marcada pela reversão dos princípios que configuraram os “30 gloriosos”, os 30 anos de desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial,

marcados pelo consumo ampliado por parte da população trabalhadora, pela expansão do assalariamento e pelo crescimento do nível de bem-estar da população. A vitoriosa ofensiva neoliberal traduziu-se na redução do aparelho de Estado (privatizações de empresas estatais e repasse de serviços públicos à iniciativa privada) e de direitos trabalhistas coletivos, na reestruturação produtiva com ênfase na diminuição dos custos salariais e na flexibilização e precarização das relações de trabalho. Conjugada à automação microeletrônica e à realocização espacial, a financeirização especulativa configurou a face mais predatória do “capitalismo turbinado”.

A globalização imperativa pode ser entendida como “uma vasta empresa visando aumentar a valorização do capital, principalmente do capital sob domínio financeiro. A globalização atual é, antes de tudo, aquela do mercado e dos capitais, seu ideal sendo o *Single Global Market Place*” (MERCURE, 2001, p. 14).

Obviamente, continuam a existir relações assimétricas entre nações, materializadas na dominação cultural e na extração da mais-valia nos países vulneráveis do Sul através da troca desigual e do serviço da dívida. Contudo, os mecanismos essenciais da nova fase de regulação capitalista aplicam-se de maneira muito semelhante nos mais diferentes países. Assim, na comparação entre os dois países objeto desta análise, podemos ilustrar problemas comuns na esfera do mercado de trabalho, nas formas de incorporação produtiva dos jovens e, principalmente, nos problemas relativos ao crescimento das desigualdades. Esses problemas não são os únicos; diversos outros poderiam ser objeto de consideração, como, por exemplo, os desastres ambientais e a degradação do meio ambiente, as crises do sistema previdenciário devidas à extensão da expectativa de vida, etc. Porém, o caso específico do vínculo social estabelecido no e pelo trabalho e o quadro geral das desigualdades permitirão uma reflexão sobre um possível horizonte de problemas comuns.

O mercado de trabalho assalariado mudou em escala internacional após o fim do modelo taylorista-fordista. O desemprego, que antes era considerado um fenômeno residual

(os desempregados não ultrapassavam percentuais considerados de ajuste), transformou-se em problema estrutural (DUPAS, 1999). O crescimento do capitalismo, com a acentuada aplicação da automação, da microeletrônica e da informática, leva a recordes de produção física, sem que haja geração equivalente de novos postos de trabalho (RIFKIN, 1996).

Apesar dos percentuais diferenciados, o desemprego representa um problema comum para o Brasil e para o Canadá (8% e 12% respectivamente). Esses percentuais traduzem-se em milhares ou milhões de indivíduos que não têm acesso à forma regular de entrada na esfera produtiva e, por consequência, de obtenção dos bens necessários à sobrevivência digna. Os jovens entre 18 e 25 anos, independentemente do nível de escolarização, são os mais atingidos pela ausência de alternativas produtivas remuneradas, chegando o desemprego a atingir percentuais da ordem de 20 a 25% nessa faixa de idade (OIT, 2000). Igualmente grave é o oferecimento de atividades precárias como modalidade de ingresso na vida produtiva. Nesse caso, pode ocorrer o processo de domesticação, ou seja, de acomodamento às normas precárias, a uma subordinação que se traduz na aceitação da desigualdade e da subalternidade, bases para uma nova servidão (CATTANI, 2005).

A situação dos jovens revela-se preocupante por várias razões, sendo uma delas o fato de não corresponder apenas a um momento fugaz e superável. O desemprego prolongado e a vivência continuada da precariedade laboral podem ser contornados de duas maneiras igualmente perniciosas. Num país rico como o Canadá, o Estado pode ampliar sua tutela (seguro-desemprego, assistencialismo continuado, transferência de recursos para manter os jovens ocupados de maneira não-produtiva). Já num país vulnerável como o Brasil, os próprios jovens podem buscar sua emancipação através do setor informal ou de atividades ilegais. Em ambos os casos, uma ou mais gerações não vivenciam o esforço coletivo de emancipação, não reconhecem os sindicatos como instrumentos de resistência e de promoção da igualdade, nem encontram no trabalho a possibilidade de produção do sentido ampliado da vida e do conhecimento. No caso específico do Canadá, as dificuldades

crescentes de inserção dos jovens na esfera produtiva levam também a um inusitado conflito entre gerações, melhor dizendo, a um conflito intergeracional de classes, opondo os recém-chegados aos *baby boomers*, considerados como privilegiados, egoístas e responsáveis pela exclusão dos jovens (SAMSOM, 2005).

O segundo problema comum aos dois países diz respeito à ampliação recente do quadro de desigualdades. No que concerne ao Canadá, trata-se de uma reversão da tendência homogeneizadora que prevaleceu até meados dos anos 80 do último século. No caso brasileiro, trata-se do agravamento das tendências históricas. Ambas as situações decorrem do que, em *A grande transformação*, Polanyi (1980) descrevia como a liberação da economia da sociedade ao se referir à permanente tentativa do capitalismo de se auto-regular escapando de todo e qualquer controle social. A vitoriosa ofensiva neoliberal desenvolveu-se em três frentes: redução do poder dos Estados e dos sindicatos; globalização, permitindo às empresas deslocarem suas estruturas produtivas e de serviços para países onde os direitos sociais e trabalhistas não são respeitados, e intensificação do clássico processo de concentração e centralização do capital.

Como foi visto anteriormente, os contornos atuais da desigualdade socioeconômica no Brasil já datam de pelo menos quatro décadas. No caso do Canadá, a situação é recente e está associada à dinâmica do capitalismo turbinado no quadro da desregulamentação neoliberal e do domínio da financeirização especulativa. Segundo Saez e Veall (2004), desde o início dos anos 1990 a apropriação da riqueza nacional vem sistematicamente aumentando pela faixa de 5% da população mais rica, crescimento esse que é particularmente visível na faixa que representa o 1% com os maiores rendimentos. No que concerne ao Québec, em 1980 as pessoas cujos rendimentos totais ultrapassavam 100 mil dólares canadenses recebiam 2% da renda total; em 2000 os que ultrapassavam esse montante recebiam 12% do total, inclusive com uma taxação menor sobre a renda (BRETON, 2005, p. 150).

O aumento da concentração de renda não constitui uma

especificidade canadense (THE WEALTH INEQUALITY READER, 2004), mas de um processo internacional que necessita de novos conceitos aos quais se agregam superlativos: *The Super-Rich, the overclass* (HASELER, 2000), *hyperbourgeoisie* (DUCLOS, 1998). Esses grupos minoritários são compostos de gestores das altas finanças, de advogados altamente especializados em contenciosos administrativos envolvendo negócios de multinacionais, de proprietários e administradores de grandes empresas e financistas. A economia internacional está aberta aos *parvenus*, empreendedores geniais ou ladinos, permitindo a formação de fortunas bilionárias em velocidade inimaginável, como é o caso recente dos dois engenheiros inventores do Google. Mas, de modo geral, as grandes fortunas são originárias de fortunas já existentes e de privilégios cumulativos. A herança é, ainda, elemento crucial na constituição do patrimônio dos bilionários (HASELER, op. cit.). A fortuna dos mais ricos aumenta graças à soma de rendimentos de várias fontes: salários cada vez mais altos, bonificações em ações (*stock options*), rendimentos do capital, rendimentos patrimoniais e vantagens fiscais (SAEZ; VEALL, 2003), sem falar das estratégias escusas que veremos no próximo ponto.

A desigualdade de rendimentos se acentuou nos anos 90, indicando um crescimento nitidamente mais importante da desigualdade ligada ao aumento na extremidade superior da escala [...] e uma redução muito importante na extremidade inferior (FRENETTE, 2004, p. 28).

Na outra ponta da escala de rendimentos, em 2000, 13,1% da população podiam ser classificados como dispendo de baixos rendimentos, necessitando ajuda social do Estado. Conforme conclusão de Simon Langlois na obra citada de Michel Venne (2005), apesar do aporte crescente de ajuda governamental, a pobreza está se agravando.

Trata-se de uma mudança importante na história dos últimos 50 anos. Até o início dos anos 90, o Estado assegurou a cada ano uma redistribuição de renda completando os rendimentos

de mercado (...) Não é mais o caso atualmente. A ação distributiva não consegue neutralizar o aumento tendencial da desigualdade (LANGLOIS, 2003, p. 171).

As duas constatações são preocupantes: os rendimentos de mercado são insuficientes para que um número crescente de indivíduos atinja o padrão mínimo de dignidade, e o Estado está esgotando sua capacidade de redistribuição. Além disso, a assistência social implementada pelo Estado corre sempre o risco de se transformar de luta contra a pobreza em luta contra os pobres (NOEL, 2005), ou, como analisa Alicia Gutierrez (2004), corre o risco de promover a reprodução da própria pobreza. Estamos longe da situação brasileira, mas o que importa é a lógica capitalista de apropriação privada da riqueza produzida socialmente. Poucos ganham cada vez mais, muitos não ganham o suficiente segundo a média social. Essa última constatação, amplamente comprovada por inúmeros e insuspeitos levantamentos estatísticos, remete à dimensão relacional entre riqueza e pobreza, dimensão essa raramente considerada pelas políticas públicas, pela Economia ou pela Sociologia.

3. Surpreendentes similitudes

Em escalas diferenciadas, Brasil e Canadá convergem na configuração de uma estrutura social hierárquica na qual o reduzido estrato dos mais abonados concentra um volume jamais visto de riqueza e de poder. A análise dos problemas decorrentes de tal concentração (desmandos empresariais, aumento da vulnerabilidade da economia, impunidade, etc.) é feita com muita dificuldade e enfrenta grande resistência dos poderes constituídos e, por estranho que pareça, não é estimulada no meio acadêmico.

Outro aspecto desconsiderado é a relação dimensional riqueza/pobreza. As análises sobre a composição social em ambos os países estão concentradas no “pólo pobreza”. A população pobre e miserável é medida, quantificada e analisada nas suas dimensões sociais, políticas, étnicas e psicológicas. Da

mesma forma, são estudados os comportamentos eleitorais, os problemas familiares, as estratégias de sobrevivência, os *handicaps* e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Não existe um aspecto que não tenha sido objeto de estudos quantitativos ou qualitativos. Não há equivalente algum com relação ao pólo oposto. Os ricos parecem ser abstrações; os detentores de altas fortunas e de efetivo poder econômico são ignorados, como se sua existência estivesse desconectada do mundo real, ou ainda, como se constituíssem um mundo à parte.

Uma consulta ao sistema Lattes, o qual permite acessar-se grande parte da produção científica brasileira contemporânea, revela que existem quase 3.000 obras catalogadas sobre os pobres brasileiros, ao passo que há somente três dezenas de trabalhos acerca das elites econômicas (BORDIGNON, 2005). Uma pesquisa realizada no sistema Ariane, da Biblioteca da Universidade Laval, em outubro de 2005, apresenta a mesma desproporção: 515 títulos sobre pobreza, menos de uma dúzia sobre ricos e riqueza. Simon Langlois (2003) realizou um completo recenseamento de estudos sobre a estratificação social no Quebec e no Canadá, identificando uma grande produção na década de 1970 sobre os temas relacionados à composição de classe: *status* e mobilidade social, com ênfase na questão da pobreza. Langlois concluiu que, atualmente, a estrutura de classes não tem merecido a mesma atenção. A leitura de seu artigo permite deduzir-se também que o tema das classes abonadas não foi e não é objeto de interesse por parte das Ciências Sociais.

Bordignon (op. cit.) faz a mesma constatação sobre a situação no Brasil, onde a produção sistemática e aprofundada sobre as elites econômicas é incipiente. As relações sociais, a cultura e a reprodução social dos segmentos economicamente poderosos permanecem como grandes incógnitas. Apenas recentemente, dois economistas, Márcio Pochmann (op. cit.) e Marcelo Medeiros (2004, 2005), têm se aventurado em quantificar e analisar a existência da alta burguesia.

A riqueza é geralmente oculta, mas o poder é efetivo e tem impactos importantes sobre a condução da economia, sobre as políticas públicas e, mais importante ainda, sobre a

distribuição de renda, afetando a vida de milhares, para não dizer milhões de pessoas. A riqueza oculta está também associada a práticas escusas definidas pelo conceito de “perpetradores”, adaptado de Else Oyen (2003), os quais movimentam somas estratosféricas.

Os privilégios ilegítimamente construídos não existem em esferas estanques ou em ambientes desconectados do conjunto da sociedade. A concentração da riqueza por minorias exerce efeitos diretos sobre o restante da população; ela é, sempre, elemento do poder de dominação sobre os demais (CATTANI, 2005).

No Canadá, um esforço de identificação dos perpetradores também tem sido realizado nos últimos anos. Três personagens destacam-se pela visibilidade midiática. O primeiro deles é o professor Léo-Paul Lauzon (2004), titular da cadeira de Economia, da Université du Québec à Montréal, que, em crônicas curtas e bem-humoradas, levanta questões candentes relativas à existência do comportamento *affairiste*, irresponsável e impune de grandes banqueiros e empresários. Por sua vez, Brigitte Alepin (2004) e Gaétan Breton (2005), contadores especialistas em tributação e sistemas fiscais, indicam práticas que envolvem fortunas colossais e que escapam às regras de mercado. Um exemplo, entre dezenas de outros, é dado por Alepin, ao citar o caso da família Bronfman, que, através de uma *fiducie* (sistema de transferência de patrimônio para herdeiros), consegue evitar o pagamento de 750 milhões de dólares canadenses. Esse caso, permitido pelo que Alepin chama de “feudalidade fiscal” do Estado canadense, equivale aos rendimentos médios de um ano de trabalho de 50.000 pessoas! (ALEPIN, 2005, p. 49-58).

As denúncias comprovadas e de conhecimento público recebem críticas virulentas dos setores conservadores, sob a alegação de que a concentração de renda nada tem a ver com a desigualdade socioeconômica e que, sobretudo, os ricos não devem ser taxados para que se promova a distribuição da riqueza social (DIONNE, 2005). Embora apresentado com um pouco mais de refinamento, esse é o argumento central do Banco

Mundial, desenvolvido no já citado relatório anual de 2005 sobre *Desenvolvimento e Equidade* (WORLD BANK, op. cit). Mesmo em trabalhos científicos preocupados com a questão da justiça social, a pobreza é apresentada como um problema, enquanto a riqueza não o é. Daniel O'Neill (Molson) recebeu, em 2003, 18 milhões de dólares canadenses, Laurant Beaudon (Bombardier), 25 milhões, e Robert Gratton, da Power Financial Corporation, a soma de 52 milhões (*Globe and Mail*, 22 set. 2004).

Independentemente de ser uma apropriação legal ou fraudulenta, como ocorreu nos casos Worldcom, Parmalat ou Enron, a remuneração paga a altos executivos dos setores industriais e das finanças internacionais não corresponde a critérios de eficiência ou produtividade. Os fatos de presidentes de grandes empresas receberem salários e bonificações estratosféricas, de expatriarem volumes incalculáveis de recursos para paraísos fiscais ou de desenvolverem outras práticas que põem em risco regiões ou milhares de empregos parecem não ser incorporados à produção científica acadêmica como um problema digno de análise e reflexão. Isso é o que denominamos *déficit* explicativo. Como os capitalistas não podem ser considerados “piratas em alto mar saqueando outros piratas” (Karl Marx), é necessário investigarem-se as dimensões relacionais entre riqueza e pobreza, pois a desigualdade tem origem exatamente nessa relação.

As várias dimensões da riqueza e das formas da sua extração e fruição têm impacto direto sobre a vida do conjunto da população, seja ela pobre ou considerada de classe média. Por isso, a importância da realização da pesquisa acadêmica mais profunda e criteriosa para que se separem os epifenômenos dos mecanismos estruturais, evidenciando as estratégias de dominação e de exploração dissimuladas em meritocracia e em legitimidade empresarial e que configuram a luta de classes na contemporaneidade. O desafio colocado para a produção de conhecimento nesse campo é o mesmo para os dois países considerados.

Referências

- ALEPIN, Brigitte. *Ces riches qui ne paient pas d'impôts*. Montréal: Méridien, 2005.
- ARRIGUI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIGNON, Fabiane. *A produção sociológica sobre elites econômicas no Brasil*. Porto Alegre, 2005. Monografia [Trabalho de conclusão de curso] – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BRETON, Gaétan. *Faire payer les pauvres*. Montréal: Futur Proche, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *A construção da ordem: teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CATTANI, Antonio David. *Elites econômicas, apropriação da riqueza e desigualdades*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005. No prelo.
- _____. A vida precária: bases para a nova submissão. In: CATTANI, Antonio; MOTA DIAZ, Laura (org.). *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.
- COSTA, Franklin Rodrigues. A exportação de capital a serviço de uma política econômica progressista. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti (org.). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro*. Lajeado: Univates, 2005.
- DEMO, Pedro. *Cidadania menor*. São Paulo: Editores Associados, 1998.
- DIONNE, Yvon. *Les moulins à vent du Prof. Lauzon*. Montréal, 2002. Disponível em: <www.quebecois livre.org>.
- DUCLOS, Denis. Naissance de l'hyperbourgeoisie. *Le Monde Diplomatique*. Paris, ago. 1998.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FRENETE, Marc et al. *Croissance de l'inégalité de revenu – années 90. Analytiques – Documents de Recherche*, Études n. 219, Ottawa, Statistique Canada, dez. 2004.

GLATZER W.; HAUSER, R. The distribution of income and wealth in European and North American societies. In: LEMEL, Yannick; NOLL, Einz-Herbert (org.). *Changing structures on inequality*. Montreal: McGill, 2002.

GUIRARDELLI, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

GUTTIEREZ, Alicia. *Pobre como siempre...: estrategias de reproducción social en la pobreza*. Córdoba: Alción, 2004.

HASELER, Stephen. *The super-rich: the unjust new world of global capitalism*. London: Macmillan Press, 2000.

LANGLOIS, Simon. Quatre décennies d'études sur la stratification sociale au Québec et au Canada: tendances et illustrations. *Lien Social et Politiques*, n. 49, printemps 2003.

_____. L'inégalité s'accroît. In: VENNE, Michel (org.). *L'annuaire du Québec 2005*. Montréal: Fides, 2005.

MEDEIROS, Marcelo. *O estudo dos ricos no Brasil*. Brasília: IPEA, 2004.

_____. *O que faz os ricos Ricos*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MERCURE, Daniel (org.). *Une société-monde*. Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 2001.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MIR, Luis. *Guerra civil*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MOREIRA, Daniel Augusto. *Analfabetismo funcional: o mal nosso de cada dia*. São Paulo: Thomson, 2003.

NERI, Marcelo et al. *Retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV-CPS, 2003.

NOËL, Alain. Lutte contre la pauvreté ou lutte contre les pauvres? In: VENNE, Michel (org.). *L'annuaire du Québec 2005*. Montréal: Fides, 2005.

OUIMET, Marc. État de la criminalité au Québec. In: VENNE, Michel (org.). *L'annuaire du Québec 2005*. Montréal: Fides, 2005.

OYEN, Else. *Poverty production: a different approach*. Buenos Aires:

CLACSO-CROP, 2002

POCHMANN, Márcio. *Atlas da exclusão social*. São Paulo: Cortez, 2004. 3 v.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. São Paulo: Campus, 1980.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1996.

RIST, Gilbert. *Le développement: histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1995.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

_____. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, jul. 2005.

SAEZ, Emmanuel; VEALL, Michael. *The evolution of top incomes in Canada – 1920-2000*. Hamilton: NBER, 2003. (Working Paper).

SAMSOM, A. *Les bommers finiront bien por crever*. Montréal: Transcontinental, 2005.

TRAVAIL. Genève: OIT, 2000. Divers números.

VENNE, Michel (org.). *L'annuaire du Québec 2005*. Montréal: Fides, 2005.

WEALTH INEQUALITY READER. Cambridge: Dollars & Sense; United for a Fair Economy, 2004.

WOLSON, Michael; MURPHY, Brian. Une nouvelle perspective des tendances de l'inégalité des revenus au Canada et aux Etats Unis. *Statistics Canada*, Ottawa, n. 124, jul. 1998.

WORLD BANK. *World Development Report – equity and development*. Washington: 2005.

